

Demonstrações Contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Transirapé de Transmissão
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 282.210 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Companhia Transirapé de Transmissão

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.842	5.148
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.070	3.087
Ativo contratual da concessão	6	37.019	35.884
Outros ativos		300	3.457
		<u>42.231</u>	<u>47.576</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	1.094	2.289
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		130	22
Ativo contratual da concessão	6	245.191	217.112
Outros ativos		11	11
Imobilizado		120	214
Intangível		8	7
		<u>246.554</u>	<u>219.655</u>
Total do ativo		<u><u>288.785</u></u>	<u><u>267.231</u></u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	7	12.028	14.427
Fornecedores		1.920	1.337
Imposto de renda e contribuição social a pagar		402	412
Outros tributos a pagar		565	502
Dividendos a pagar	10	13.456	18.670
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	2.462	2.386
Outros passivos		1.330	2.200
		32.163	39.934
Passivo não circulante			
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	7	57.161	18.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	9.219	8.270
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	16.305	14.438
		82.685	40.728
Total do passivo		114.848	80.662
Patrimônio líquido			
Capital social	10	22.340	22.340
Reservas de lucros	10	146.053	164.229
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	10	5.544	-
Total do patrimônio líquido		173.937	186.569
Total do passivo e do patrimônio líquido		288.785	267.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de operação e manutenção		8.224	20.328
Receita de implementação de infraestrutura		10.915	20.955
Remuneração do ativo contratual da concessão		53.725	44.804
(-) Parcela variável		(229)	(301)
Receita operacional líquida	12	72.635	85.786
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(545)	(528)
Material e serviços de terceiros		(2.138)	(3.004)
Outros		(327)	(57)
Custo de implementação de infraestrutura		(6.778)	(1.801)
Lucro Bruto		62.847	80.396
(Despesas) Receitas operacionais			
Pessoal e administradores		(290)	(674)
Material e serviços de terceiros		(1.149)	(193)
Depreciação e amortização		(104)	(14)
Outras despesas operacionais, líquidas		(71)	(32)
		(1.614)	(913)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.233	79.483
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	893	221
Despesas financeiras	13	(5.609)	(2.123)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		56.517	77.581
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(1.793)	(1.269)
Diferidos	8 e 14	(900)	(1.631)
Lucro líquido do exercício		53.824	74.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	53.824	74.681
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>53.824</u>	<u>74.681</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.340	4.468	-	103.750	5.688	-	136.246
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(5.688)	-	(5.688)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	74.681	74.681
Destinação proposta à A.G.O.:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.670)	(18.670)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	56.011	-	(56.011)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.340	4.468	-	159.761	-	-	186.569
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(53.000)	-	-	(53.000)
Proposta da administração para transferir o saldo da reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar			106.761	(106.761)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.824	53.824
Destinação proposta à A.G.O.:							
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	5.544	(5.544)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(13.456)	(13.456)
Reserva de lucros a realizar	-	-	34.824	-	-	(34.824)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.340	4.468	141.585	-	5.544	-	173.937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	56.517	77.581
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	104	14
Juros e variação monetária	5.339	1.969
Receita de aplicações financeiras	(39)	(52)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	1.943	3.507
	<u>63.864</u>	<u>83.019</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	909	814
Ativo contratual da concessão	(29.214)	(53.610)
Outros ativos	3.157	(1.791)
	<u>(25.148)</u>	<u>(54.587)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	583	1.213
Tributos e contribuições sociais a recolher	(726)	(113)
Outros passivos	(2.201)	(340)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(965)	(1.123)
	<u>(3.309)</u>	<u>(363)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.407	28.069
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.234	-
Aplicações no imobilizado	(10)	(1)
Aplicações no intangível	(1)	(7)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>1.223</u>	<u>(8)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(71.670)	(16.000)
Captação de debêntures e arrendamento mercantil	50.000	-
Amortização de juros de debêntures e arrendamento mercantil	(3.132)	(1.860)
Pagamento de debêntures e arrendamento mercantil	(14.134)	(13.743)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(38.936)</u>	<u>(31.603)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(2.306)	(3.542)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.148	8.690
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.842	5.148
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.306)</u>	<u>(3.542)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 06 de dezembro de 2004 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rodovia MG 367, KM 276,5, S/N - Sala C – Araçuaí - MG.

A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A.

A Transirapé possui o direito de explorar o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
009/2004	30	2034	54.365	IGP-M	mai/07

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Transirapé entende que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo Contratual da concessão”.

1.1 Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e suas controladas adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 10 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Transirapé. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Transirapé efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Transirapé avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a Transirapé tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2 **Ativo contratual da concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 9,5% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da Transirapé revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Transirapé não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Transirapé possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.9 Arrendamentos

A Transirapé avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transirapé reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Transirapé estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Transirapé é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transirapé, estão descritas a seguir. A Transirapé pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	404	86
Aplicações financeiras	<u>2.438</u>	<u>5.062</u>
	<u>2.842</u>	<u>5.148</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, a 93,35% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,32% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021, a Transirapé possui saldo de R\$1.094 (R\$2.289 em 31 de dezembro de 2020) referente à carteira Fundo de Investimento Restrito: Fundo FIC FI títulos públicos referenciados DI vinculado ao financiamento com o Santander/FINAME com remuneração pré-fixada de 96,10% do CDI (98% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>199.386</u>
Receita de operação e manutenção	25.508
Remuneração do ativo contratual da concessão	44.561
Receita de implementação de infraestrutura	22.543
(-) Parcela variável	(324)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(38.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>252.996</u>
Receita de operação e manutenção	8.865
Remuneração do ativo contratual da concessão	57.912
Receita de implementação de infraestrutura	11.766
(-) Parcela variável	(247)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(49.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>282.210</u>
Ativo contratual da concessão – circulante	37.019
Ativo contratual da concessão - não circulante	245.191
Total circulante e não circulante	<u>282.210</u>

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Transirapé considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/ reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil

	31/12/2021				31/12/2020
	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal	Total	
BDMG	139	542	1.807	2.488	3.062
BDMG	150	2.803	5.457	8.410	12.231
Debêntures 2ª emissão	11	7.289	-	7.300	16.988
Debêntures 3ª emissão	1.097	(47)	49.855	50.905	-
Arrendamento mercantil	-	44	42	86	166
	1.397	10.631	57.161	69.189	32.447

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos e debêntures da Transirapé:

	Condições contratadas						Periodicidade da amortização	
	Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Principal	Encargos	
				Indexador	Juros (%)			
BDMG (FINAME)	dez/13	jan/24	19.761	Pré-fixada	3,50%	Mensal	Mensal	
BDMG (FINEM)	nov/14	out/29	5.893	TJLP	3,50%	Mensal	Mensal	
BDMG (FINAME)	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50%	Mensal	Mensal	
BDMG	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,50%	Mensal	Mensal	
Debêntures 2ª emissão	set/17	set/22	30.000	107,75% do CDI		Mensal	Mensal	
Debêntures 3ª emissão	abr/21	abr/26	50.000	CDI + 1,90 %		Semestral	Semestral	

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2021 (*)	Transirapé
Debêntures 2ª emissão	160.571
Debêntures 3ª emissão	160.545

(*) A administração da Transirapé mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2021, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante são como segue:

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	<u>Não Circulante</u>
2023	3.187
2024	1.146
2025	982
2026	25.602
2027	25.421
Após 2027	823
	<u><u>57.161</u></u>

A movimentação do saldo é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>45.983</u>
Ingresso de dívidas	175
Juros e variação monetária	1.892
Amortização do principal e dos juros	(15.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>32.447</u>
Ingresso de dívidas	50.000
Juros e variação monetária	4.008
Amortização do principal e dos juros	(17.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>69.189</u></u>

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão e OCPC 05 – orientação contratos de concessão, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.168
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.631
Reclassificação de impostos correntes	471
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.270</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	900
Reclassificação de impostos correntes	49
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>9.219</u></u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Contribuições e encargos regulatórios

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS diferidos	10.300	9.237
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	7.337	6.578
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.130	1.009
	<u>18.767</u>	<u>16.824</u>
Passivo circulante	2.462	2.386
Passivo não circulante	16.305	14.438

10. Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$22.340, representado por 22.340.490 ações ordinárias, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Transminas Holding S.A.	9.159.601	41,000%	41,000%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	2.234.049	10,000%	10,000%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	10.946.840	49,000%	49,000%
	<u>22.340.490</u>	<u>100,000%</u>	<u>100,000%</u>

10.2 Reservas de lucro

10.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

10.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$159.761.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10.2.3. Reserva de lucro a realizar

A Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária a proposta de destinação de (R\$141.585) da rubrica reserva de retenção de lucros, que não foi realizada financeiramente, para a rubrica reserva de lucros a realizar. Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$141.585.

10.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da Transirapé, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	53.824	74.681
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo de dividendos	<u>53.824</u>	<u>74.681</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(13.456)	(18.670)
Dividendos adicionais propostos	(5.544)	-
Reserva de lucros a realizar	(34.824)	-
Reserva de retenção de lucros	-	(56.011)
Saldo de lucros acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição nos exercícios de 2021 e 2020.

11. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$6 (R\$163 em 31 de dezembro de 2020) sendo composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. A Transirapé possui contrato de CCI entre Transleste e Transudeste referente ao compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé no valor de R\$2.307 (R\$1.040 em 31 de dezembro de 2020).

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional bruta	78.296	92.288
Receita de operação e manutenção	8.865	21.869
Receita de implementação de infraestrutura	11.766	22.543
Remuneração do ativo contratual da concessão	57.912	48.200
(-) Parcela variável	(247)	(324)
Deduções da receita operacional	(5.661)	(6.502)
PIS	(509)	(600)
COFINS	(2.349)	(2.769)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.036)	(2.399)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(454)	(365)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(313)	(369)
Receita operacional líquida	72.635	85.786

13. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras	893	221
Receita de aplicações financeiras	870	199
Juros ativos	26	20
Outras receitas financeiras	(3)	2
Despesas financeiras	(5.609)	(2.123)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.008)	(1.892)
Variação monetária	(1.331)	(77)
Outras despesas financeiras	(270)	(154)
Resultado financeiro líquido	(4.716)	(1.902)

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	78.296	78.296	92.288	92.288
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	6.264	9.396	7.383	11.075
Receitas financeiras	893	893	221	221
Base de cálculo	7.157	10.289	7.604	11.296
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.766)	(927)	(1.881)	(1.019)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.182)	(611)	(822)	(447)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(584)	(316)	(1.059)	(572)

A Transirapé possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

15. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Transirapé não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

b) Hierarquia do valor justo

A Transirapé utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transirapé classifica os saldos de equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como nível II.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transirapé podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a Transirapé mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.200 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transirapé mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- *Risco de preço* - as receitas da Transirapé são nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- *Risco de taxas de juros* - a atualização do contrato de debênture da Transirapé está vinculada a variação do CDI;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da Transirapé é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Benefícios a empregados

A Transirapé oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.